



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Duque de Caxias
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo
de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
e de Valorização dos Profissionais da Educação

Ata da 5ª Reunião Ordinária do CACS FUNDEB – Duque de Caxias/RJ

1 Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às catorze horas, na Sede da
2 Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Prefeito José Carlos Lacerda, número mil
3 quatrocentos e vinte e dois, deu-se início a Quinta Reunião Ordinária do Conselho de
4 Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da
5 Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Duque de Caxias -
6 CACS-FUNDEB/DC. **I - Palavra do Presidente. II – Aprovação da Ata da 4ª Reunião**
7 **Ordinária** - ocorrida em 12/07/2023. **III - GT PNATE. IV - Ofícios enviados e recebidos:**
8 **Ofício nº 13/2023/CACS-FUNDEB/DC, de 18/07/2023** - Solicita detalhamento dos serviços
9 prestados às Unidades Escolares pelas empresas terceirizadas. 1.2 **Ofício nº**
10 **1906/2023/GS/SME** - Resposta ao Ofício nº 13/2023/CACS-FUNDEB/DC (recebido em
11 25/07/2023), informando o detalhamento dos serviços prestados pelas empresas terceirizadas
12 listadas nas planilhas das despesas pagas pelos recursos do FUNDEB. 2. **Ofício nº**
13 **15/2023/CACS-FUNDEB/DC, de 18/07/2023** - Solicita apresentação da listagem nominal
14 dos profissionais pagos com recursos do FUNDEB 2.1 - Processos 010/002989/2023 - 3.
15 **Ofício nº 2313/2023/GS/SME** - Solicitação a Dispensa e designação de Conselheiros do
16 CACS/FUNDEB - Mandato 2023/2026 (recebido em 25/08/2023). 3.1 Portaria nº
17 1256/GP/2023. **V - Análise das Contas do FUNDEB do 4º bimestre/2023 (julho e agosto).**
18 Participaram da 5ª Reunião Ordinária os Conselheiros Titulares: **Alcimar Targino da Silva**
19 (Representante das Organizações da Sociedade Civil), **Ana Paula da Silva Lage Cavalcante**
20 (Representante dos Diretores da Rede Pública Municipal), **Dárcio Otaviano Ranauro**
21 (Representante do Poder Executivo Municipal), **Fabiana de Oliveira Souza** (Representante
22 de Pais de Alunos da Rede Pública Municipal) **Jorge de Almeida Franco** (Representante das
23 Organizações da Sociedade Civil), **Roberta Lobo Pereira** (Representante do Conselho
24 Municipal de Educação), **Maria Cândida da Silva Almeida** (Representante do Sindicato
25 Estadual dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro SEPE-RJ/DC), **Jackson**
26 **Eduardo da Silva** (Servidores Técnico Administrativo da Rede Pública Municipal), **Maria**
27 **das Graças de Souza Bezerra da Costa** (Estudantes da Rede Pública Municipal), **Rosiane**
28 **Medeiros da Silva** (Escolas do Campo) e **Rosimar Manhães Gomes de Oliveira**
29 (Representante do Conselho Tutelar). E os Conselheiros Suplentes: **Cristiane Machado**
30 **Santana** (Representante das Escolas do Campo), **Viviane Veiga Lippi Silva** (Representante

31 dos Diretores da Rede Pública Municipal), **Penélope Cavalcante Monteiro** (Poder Executivo
32 Municipal), **Filipo da Silva Tardim** (Representante do Sindicato Estadual dos Profissionais
33 da Educação do Estado do Rio de Janeiro SEPE-RJ/DC) e **Wagner Vila Nova de Sousa**
34 (Representante do Conselho Tutelar). **I – Palavra do Presidente** O Presidente Jorge de
35 Almeida iniciou a reunião elogiando o trabalho desenvolvido pela Secretária Executiva Profª
36 Josélia Muzi e toda a sua equipe. O Presidente Jorge de Almeida perguntou aos Conselheiros
37 se haveria alguma sugestão ou inclusão de algum assunto na pauta. O Conselheiro Filipo da
38 Silva solicitou acrescentar a pauta, a solicitação de esclarecimento de uma denúncia feita pelo
39 SEPE a ALERJ, a cerca de Municípios com pendências no FUNDEB, cuja relação consta, o
40 Município de Duque de Caxias, solicitou a inclusão do ponto de pauta, para constar em Ata.
41 O Conselheiro Filipo da Silva relata que tem uma pendência notificada na Matriz de
42 Encerramento de Saldos Contábeis (MSC) e solicita esclarecimentos sobre a questão. A Profª
43 Josélia Muzi informou que após o Conselho aprovar o encaminhamento do Ofício, solicitado
44 pelo Conselheiro Filipo da Silva, o mesmo será encaminhado para o Departamento Jurídico
45 com solicitação de esclarecimentos. Todos os Conselheiros aprovaram a pauta da reunião.
46 Profª Josélia Muzi se apresentou como articuladora do Conselho Municipal de Educação e do
47 Conselho de Alimentação Escolar. Informou que a partir do dia 15 de agosto de 2023 foi
48 substituída pela Profª Frida Martins e que neste momento está fazendo a transição do trabalho.
49 Ressaltou que a partir desta data os Conselheiros deverão estar se conduzindo à Secretária
50 Executiva Frida Martins para esclarecimentos do Conselho do FUNDEB. Solicitou que os
51 conselheiros presentes se apresentassem, já que alguns Conselheiros estavam participando
52 pela primeira vez, considerando as substituições que ocorreram em alguns segmentos. Neste
53 momento da apresentação a Conselheira Rosiane Medeiros da Silva, titular do Segmento
54 Escola do Campo, solicitou dispensa do cargo por motivos de trabalho. Não houve interesse
55 da sua suplente Cristiane Machado Santana de assumir a titularidade do referido segmento. **II**
56 **– Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária** – ocorrida em 12/07/2023. A Profª Josélia
57 Muzi informou que a Ata da 4ª Reunião Ordinária foi enviada aos Conselheiros por email e
58 perguntou se havia alguma ressalva. A Conselheira Maria Cândida esclareceu que não seria
59 uma ressalva, mas uma solicitação de ser oportunizado um prazo maior para a leitura e análise
60 dos documentos enviados por email aos Conselheiros. A Profª Josélia Muzi informou sobre o
61 calendário de reuniões ordinárias, que foi aprovado no início do ano, onde a última reunião do
62 ano de 2023 está agendada para o dia 08 de novembro. Demonstrou preocupação do curto
63 prazo de tempo que os conselheiros teriam para analisar as contas do 5º Bimestre (setembro e
64 outubro) e sugeriu que a data da reunião fosse alterada. Destacou que para o próximo ano, os
65 Conselheiros precisarão ter o cuidado de agendar as Reuniões Ordinárias, mas para o final de

66 cada mês, a fim de oportunizar um tempo maior para análise dos documentos. Explicou que as
67 Reuniões Extraordinárias ocorrem nos meses que não estão agendadas as Ordinárias. Citou o
68 exemplo do prazo concedido ao MP para responder um ofício, no caso, 30 dias e não dava
69 para esperar a Reunião Ordinária, então o Presidente convocou uma Reunião Extraordinária
70 para se tratar do tema específico. **A Ata da 4ª Reunião Ordinária , ocorrida em doze de**
71 **julho de dois mil e vinte três, foi aprovada por unanimidade,** e direcionada aos
72 Conselheiros para assinatura. **III: PNATE** Profª Josélia esclareceu que o PNATE – Programa
73 Nacional de Atendimento ao Transporte Escolar – é um programa que também é
74 acompanhado pelo CACS FUNDEB. A competência do CACS FUNDEB abrange o SIOPE
75 (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), que se relacionam as
76 prestações de contas bimensais, e no início de cada ano o Conselho emite um Parecer
77 Conclusivo, a partir da aprovação das contas ocorridas no ano anterior. Esclareceu que para
78 melhor organização, o Conselho anterior definiu organizar o Conselho em 3 (três) Grupos de
79 Trabalhos – GT do PNATE, composto pelos Conselheiros: Ana Paula Lage, Maria Eloísa
80 Carvalho, Michael Tompsom e Viviane Veiga; GT do SIOPE, composto pelos Conselheiros:
81 Darcio Otaviano, Karen Lorrane e Robson Rodrigues; GT da LOA(é um estudo conjunto
82 com o CME e o CAE), composto pelos Conselheiros: Filipo Tardim, Jorde de Almeida,
83 Miriam de França e Penélope Cavalcante. Os membros do Grupo de Trabalho do PNATE se
84 reuniram no dia 06 de setembro de 2023. A Conselheira Ana Paula repassou a avaliação do
85 grupo, relatando que foi feita a análise do extrato e que a verba é muito pequena. No mês de
86 abril deste ano, os Conselheiros realizaram a visita às Unidades Escolares que são
87 contempladas com o programa com o objetivo de verificar os ônibus. Citou que os ônibus
88 estavam em ótimo estado e os motoristas com documentação regularizada. Ressaltou que as
89 Unidades Escolares são distantes e os ônibus são importantes para os alunos. A visita deste
90 ano já está agendada para o dia 27 de setembro. A Conselheira Maria Cândida trouxe as
91 demandas que ouviu da Rede em relação as Unidades Escolares que possuem transporte
92 escolar. A Profª Josélia Muzi explicou que as Unidades Escolares atendidas pela verba do
93 PNATE, são apenas 18. Os transportes das demais Unidades Escolares são de
94 responsabilidade da COTRAN – Coordenadoria de Transporte Escolar – e qualquer dúvida
95 em relação ao atendimento será necessário se dirigir ao setor da Secretaria Municipal de
96 Educação. A listagem das 18 Unidades Escolares, atendidas pelo PNATE, será encaminhada
97 para o email dos Conselheiros. Esclareceu que essa classificação é feita pelo próprio FNDE de
98 acordo com as características lançadas no Censo Escolar. **IV – Ofícios enviados e recebidos:**
99 **1.1 – Ofício no 13/2023/CACS-FUNDEB/DC, de 18/07/2023** – Solicita detalhamento dos
100 serviços prestados às Unidades Escolares pelas empresas terceirizadas. **1.2 – Ofício nº**

101 **1906/2023/GS/SME – Resposta ao Ofício no 13/2023/CACS-FUNDEB/DC**, informa o
102 detalhamento dos serviços prestados pelas Empresas terceirizadas listadas nas planilhas de
103 despesas pagas pelos recursos do FUNDEB. Após a leitura dos Ofícios, a Conselheira
104 Fabiana de Oliveira se pronunciou declarando que a resposta enviada no Ofício nº
105 **1906/2023/GS/SME** não contempla a solicitação feita pelo Conselho. A Conselheira Fabiana
106 de Oliveira apresentou a proposta que solicita mais detalhamentos como: nome das escolas
107 que estão sendo beneficiadas pelas reformas e manutenção e quais tipos de obras estão sendo
108 realizadas em cada Unidade Escolar; A listagem dos funcionários terceirizados com as suas
109 respectivas lotações; a quantidade de produtos entregues em cada Unidade Escolar e valores
110 pagos pelos produtos com os recursos do fundo; o nome das Empresas e das Escolas
111 beneficiadas com o serviço de transporte de água, transporte escolar e valores pagos locação
112 de equipamentos. **O Conselho deliberou por encaminhar um ofício, reiterando a solicitação,**
113 **do detalhamento dos serviços prestados pelas empresas terceirizadas listadas no Ofício nº**
114 **1906/GS/SME, para o Departamento de Controle e Finanças.** A Conselheira Maria Cândida
115 levantou o seguinte questionamento: Como funciona, nestes casos, quando o Conselho
116 solicita o documento e o órgão que deveria encaminhar esse documento não encaminha? Qual
117 é o procedimento a ser adotado? O que precisa que ser feito? A Profª Josélia Muzi respondeu
118 que geralmente o Conselho reitera o ofício e aguarda a resposta. **2. Ofício no 15/2023/CACS-**
119 **FUNDEB/DC, de 18/07/2023** – Solicita apresentação da listagem nominal dos profissionais
120 pagos com recursos do FUNDEB. **2.1 – Abertura do Processo 010/002989/2023** Profª
121 Josélia Muzi esclarece acerca do Ofício nº15/2023/CACS-FUNDEB/DC, que foi
122 encaminhado ao Secretário de Administração Francisco Costa Klayn, em 18 de julho, logo
123 após a realização da 4ª reunião Ordinária. Informou que está aguardando a resposta deste
124 Ofício e por este motivo foi aberto o **Processo nº 010/002989/2023.** **3 – Ofício nº**
125 **2313/2023/GS/SME – Solicitação a Dispensa e designação de Conselheiros do**
126 **CACS/FUNDEB – Mandato 2023/2026** A Portaria de Nomeação ainda não foi publicada,
127 assim que ocorrer a publicação em Boletim Oficial, será encaminhada aos Conselheiros. **V –**
128 **Análise das Contas do Fundeb do 4º bimestre/2023 (julho e agosto)** – Profª Josélia Muzi
129 informou que foi realizado o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do lançamento da
130 prestação de contas do FUNDEB, através do Sistema de Informações sobre Orçamentos
131 Públicos em Educação, onde participaram os Conselheiros Maria Cândida da Silva e o
132 Presidente Jorge de Almeida, como aconteceu na última prestação de contas. A Conselheira
133 Maria Cândida da Silva relatou que foi atendida pela Profª Raíssa Gomes e pelo Diretor do
134 Departamento de Controle e Finanças Sr. João Melhen. Ressaltou que a Profª Raíssa Gomes
135 explicou como faz o lançamento dos dados recebidos pela Secretaria Municipal da Fazenda

136 no Sistema do SIOPE/FNDE. Os valores gastos e os impostos recebidos. O Presidente Jorge
137 de Almeida relatou que todas as suas dúvidas foram esclarecidas no âmbito do Departamento
138 Financeiro e que não viu nenhuma irregularidade nos lançamentos realizados, considerando
139 que o próprio Sistema sinaliza qualquer equívoco. Pontuou que qualquer Conselheiro poderá
140 agendar uma visita ao Departamento de Controle e Finanças/SME para sanar as suas dúvidas,
141 que será bem recebido pelo responsável do setor, conforme combinado com o Diretor do
142 Departamento. A Conselheira Fabiana de Oliveira solicitou esclarecimentos quanto à
143 quantidade e qualidade dos produtos de limpeza que chegam às Unidades Escolares. Que por
144 ser mãe de três alunos, vê de perto a necessidade deste material que não chega às escolas que
145 seus filhos estudam, assim como os uniformes, que não foram entregues para todos os alunos.
146 A Conselheira Maria Cândida da Silva afirmou que na Unidade Escolar que trabalha. E.M.
147 Barro Branco os materiais de limpeza são entregues em pouca quantidade e a qualidade é
148 ruim. A Prof^ª Josélia Muzi informou que conforme o Manual de Orientação do Novo
149 FUNDEB, no Item 4.4.1 – “não são consideradas despesas de Manutenção e
150 Desenvolvimento da Educação a aquisição e distribuição de uniformes escolares, por serem
151 caracterizadas como assistência social.” A Conselheira Maria Cândida da Silva relatou que
152 quando esteve gestora da E.M. Barro Branco, por diversas vezes precisou arcar com recursos
153 próprios para adquirir materiais de limpeza e nunca teve ressarcimento. O Conselheiro Filipo
154 da Silva pontuou que o Governo criou um problema para este Conselho quando, por escolha
155 política, optou por usar a verba para outros fins e não só para pagar o salário dos servidores. A
156 Prof^ª Josélia Muzi esclareceu aos Conselheiros que a utilização de no máximo 30% não é
157 ilegal, desde que seja utilizado no Desenvolvimento da Educação Básica, conforme consta a
158 legislação vigente. O Conselheiro Filipo da Silva debate: Não é ilegal, mais é uma escolha
159 política, pois a prefeitura faz essa escolha. Não dá o reajuste para os servidores há 7 anos,
160 mesmo com o recurso crescendo gradativamente. O Conselheiro Filipo da Silva destaca a
161 partir da análise realizada no balancete de julho e agosto que o Executivo utilizou o valor
162 acima de 30% para pagar despesas com as Empresas que prestam serviços para a Educação.
163 Prof^ª Josélia Muzi esclarece que o entendimento não é desta forma, pois no máximo 30%
164 deverá ser usado para o desenvolvimento da Educação Básica e no Mínimo 70% para o
165 pagamento de servidores, se o lançamento for diferente do que determina a legislação, o
166 Sistema do SIOPE não aceitará. O Conselheiro Filipo da Silva insistiu que ao final das contas
167 do bimestre, as despesas com empresas está cada vez maior. O Conselheiro Dárcio Otaviano
168 reiterou que o Sistema do FNDE bloqueia ao ser lançado um percentual diferente do que é
169 permitido. O Conselheiro Filipo da Silva destacou que o governo poderia dar um mínimo de
170 reajuste aos servidores e faz a opção de pagar as empresas. E diante disso, das contas e a falta

171 de esclarecimentos recomenda a não aprovação das contas no 4º bimestre (julho e agosto). A
172 Profª Josélia Muzi informa aos novos Conselheiros que a aprovação das contas é bimensal, e
173 ao final do exercício o CACS emite o Parecer final relacionado ao acompanhamento do ano.
174 O Presidente Jorge de Almeida pontua que concorda em parte com o Conselheiro Filipo da
175 Silva, porém não irá indicar a reprovação das contas, por não ter visto nenhuma irregularidade
176 ao fazer sua análise e que os documentos solicitados pelo Conselho foram respondidos, não
177 em sua totalidade, mais estarão sendo reiterados para a próxima reunião ordinária. Os
178 conselheiros: Maria Cândida da Silva, Fabiana de Oliveira, Jackson Eduardo e Maria das
179 Graças de Souza registraram a não aprovação das contas do SIOPE do 4º bimestre com a
180 justificativa de precisarem de mais esclarecimentos e detalhamento dos serviços prestados
181 pelas empresas terceirizadas. A Conselheira Maria Cândida pediu para fazer a declaração de
182 voto, dizendo que faltam os dados técnicos solicitados por este conselho para que sejam
183 analisadas com cuidado as contas do FUNDEB. **As Contas do FUNDEB do quarto**
184 **bimestre de 2023 (julho e agosto) foram aprovadas pela maioria do colegiado.** O
185 Presidente Jorge de Almeida agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião.
186 Nada mais havendo a tratar, eu Frida Martins, lavrei a presente Ata, que será assinada por
187 mim e pelos conselheiros após sua aprovação.

188 Frida Martins Teixeira de Lima _____
189 Josélia Muzi Narciso _____
190 Alcimar Targino da Silva _____
191 Ana Paula da Silva Lage Cavalcante _____
192 Rosiane Medeiros da Silva _____
193 Dárcio Otaviano Ranauro _____
194 Fabiana de Oliveira Souza _____
195 Jorge de Almeida Franco _____
196 Roberta Lobo Pereira _____
197 Rosimar Manhães Gomes de Oliveira _____
198 Cristiane Machado Santana _____
199 Penélope Cavalcante Monteiro _____
200 Filipo da Silva Tardim _____
201 Viviane Veiga Lippi Silva _____
202 Wagner Vila Nova de Sousa _____
203 Maria Cândida da Silva Almeida _____
204 Jackson Eduardo da Silva _____

